**IX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2019)**

**PROJETO “ANTICRIME” - MEDIDAS PARA EVITAR A PRESCRIÇÃO:
uma Justificativa para a Ineficiência Estatal**

Autor: Carlos Alberto May Filho

Orientador: André Machado Maya

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP
Linha 01: Tutelas a efetivação de direitos públicos incondicionados

A presente pesquisa tem como objetivo traçar um debate sobre o Projeto de Lei Anticrime apresentado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, observando o tema da Prescrição Penal, em especial o acréscimo do inciso III no artigo 116, bem como na modificação do inciso IV do artigo 117, ambos do Código Penal. Posteriormente, será analisado os fundamentos da prescrição (Segurança Jurídica e Ineficiência Estatal), além de buscar relação a assuntos frente aos Direitos Fundamentais à Segurança e Direito de Liberdade. No intuito de obter possíveis resultados e conclusões, foi utilizada uma metodologia dedutiva, em que diversos artigos, projetos de lei, jurisprudências e declarações foram analisadas e comparadas, obtendo resultados de forma qualitativa. Através do exame do cenário sociopolítico atual, a pesquisa resultou na impossibilidade da modificação dos artigos acima citados, visto que os casos excepcionais dos “embargos dos embargos”, bem como do “acórdão confirmatório” respectivamente, que impedem a modificação perante a Direitos Fundamentais confirmados pela Constituição Federal. Podemos concluir que a mudança ofertada no Projeto de Lei Anticrime no âmbito da prescrição penal viola os Direitos Fundamentais à Segurança e Direito de Liberdade

Palavras-chave: Projeto Anticrime. Prescrição. Fundamentos da Prescrição. Segurança Jurídica. Ineficiência Estatal. Direitos Fundamentais. Cenário Sociopolítico. Embargos dos Embargos. Acórdão Confirmatório. Segurança. Liberdade.